

Brasil volta a negociar com os bancos

GAZETA MERCANTIL

24 MAI 1988

por Ottoni Fernandes Júnior
de Brasília

O governo não aceita a vinculação automática entre os desembolsos de financiamentos feitos pelos bancos credores e o cumprimento das metas econômicas que serão acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Foi esta a orientação dada pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, aos negociadores brasileiros — Sérgio Amaral, do Ministério da Fazenda, e Antônio de Pádua Seixas, do Banco Central — que seguiram ontem para Nova York, onde retomam, hoje à tarde, as conversas com o comitê assessor dos credores.

Mas, uma vez fixado este princípio — por determinação do presidente José Sarney —, a missão brasileira terá margem de manobra para aceitar algum tipo de relação entre os desembolsos e o ritmo do acordo com o FMI, como admitiu ontem o ministro Mailson.

A experiência passada, lembra o ministro, condena um vínculo automático: em 1984, o não cumprimento de uma das metas do acordo com o FMI levou os bancos a suspender o financiamento ao Brasil, colocando-o na rota que conduziu à moratória.

Na verdade, já havia ficado combinado com os bancos, antes de a missão brasileira retornar na semana passada, que não haveria vínculo automático entre o programa com o FMI e o desembolso dos primeiros US\$ 4 bilhões de financiamento.

Algum tipo de relação seria aceitável apenas para as duas últimas parcelas, de US\$ 600 milhões cada uma, previstas para dezembro deste ano e a primeira metade de 1989, conforme apurou a editora Maria Clara R. M. do Prado, junto ao Banco Central.

Agora, porém, tal posição foi reforçada e, na avaliação da equipe do Ministério da Fazenda, a suspensão das negociações valeu a pena, ao mostrar uma posição firme do Brasil. De quebra, a divulgação da nova política industrial, que foi bem recebida no exterior, ajuda a pavimentar o caminho rumo ao acordo com os bancos.

Isso ficou evidente na sexta-feira passada, quando William Rhodes, do Citibank, coordenador do comitê de bancos, tentou falar, sem sucesso, com o ministro Mailson. Deixou, contudo, um recado: já estão superadas as divergências entre os credores, que também dificultavam a assinatura do termo de compromisso.

Uma das pendências envolvia a data-base para definir com que volume de recursos cada banco entrará no bolo de financiamento

ao Brasil. Os japoneses, por exemplo, queriam que prevalecesse a posição de 1982, pois não diminuíram o comprometimento desde então. Os bancos americanos e europeus, que se livraram de parte da dívida brasileira, interessam-se por uma data mais recente.

Outra divergência envolvia a capitalização dos juros. Os bancos americanos querem lançar o quinhão que será fornecido ao Brasil na conta de dinheiro novo.

Bancos europeus, por sua vez, beneficiados pela legislação local, desejam contabilizar os financiamentos ao Brasil como capitalização dos juros, agregando-os ao principal da dívida.

Sobra agora a questão da relação entre os desembolsos dos bancos e a marcha do acordo com o FMI. O Bank of Montreal, representando os bancos canadenses, ainda faz pé firme e quer um vínculo automático.

Resistências dessa ordem poderão não impedir a assinatura do acordo preliminar com o comitê de bancos, mas tornarão mais difícil a consagração do acerto, com a entrada real dos financiamentos.

Para tentar superar tal oposição, o ministro Mailson começa pelo Canadá a viagem ao exterior prevista para meados de junho. Daí seguirá para o Japão, onde adiantará aos banqueiros e autoridades a marcha das negociações com o FMI e o calendário para o acordo com os países credores, reunidos no Clube de Paris, precondição para que fluam financiamentos japoneses para o Brasil.

(Continua na página 19)

Brasil volta a negociar...

por Ottoni Fernandes Júnior
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

A equipe da Fazenda está otimista quanto às conversações com a missão do FMI que está no Brasil e espera que conclua seu trabalho antes das quatro semanas previstas. Ontem, apurou a editora Maria Clara R. M. do Prado, os técnicos do FMI estiveram no Departamento Econômico do Banco Central, tentando mensurar os efeitos que a liberação das importações e a desburocrati-

zação das exportações terão na balança comercial brasileira de 1988.

No Ministério da Fazenda continuam trabalhando, formalmente, com um superávit do comércio exterior de US\$ 12,6 bilhões em 1988 e com a previsão de as reservas cambiais chegarão a US\$ 4,4 bilhões no fim do ano. Na verdade, porém, já operam com uma estimativa de saldo bem maior, podendo superar os US\$ 14 bilhões e com reservas de US\$ 5 bilhões na virada do ano. Isso já não pode afetar o acordo com os

bancos, pois esse ponto já foi fechado, em cima dos números formais.

No cronograma de assessores do ministro da Fazenda, será difícil fechar o acordo com o FMI em 1º de julho. Talvez fique para o final do mês. No entanto, confiam, assim que o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, receber o relatório da missão técnica que hoje está no Brasil, poderá emitir um sinal verde que ajudará a acelerar o acordo com os bancos credores.

Enquanto comanda as negociações externas, Ferreira da Nóbrega já está de olho na próxima etapa. Imagina que a definição do mandato de cinco anos para o presidente Sarney e a eliminação de excessos na Constituição, como o teto de 12% para os juros reais, contribuirão para normalizar as relações com a co-

munidade financeira internacional.

Já pensa na possibilidade de, em 1989, a remessa de recursos para o exterior chegar a zero, graças aos financiamentos de organismos multilaterais de crédito, e, de quebra, reduzir o saldo da balança comercial no próximo ano para um número entre US\$ 8 bilhões e US\$ 10 bilhões, aumentando as importações e permitindo que a poupança interna atinja o patamar de 20% do Produto Interno Bruto.

Tudo isso conquistando terreno no combate ao déficit público, preparando o caminho para o presidente que, avalia, deverá assumir em 1990, ano em que conta com a possibilidade de o Brasil voltar a ser um importador líquido de capitais, obtendo recursos que permitam acelerar o crescimento econômico.